

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de janeiro de 2020.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelinho Veiga, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar o Pequeno Expediente, deputado Jacó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputada Olívia, o pessoal da imprensa, da tribuna, do cafezinho, da *TV ALBA*, a caçada ao jornalista Glenn, deputada Olívia, começou depois dele revelar para a sociedade brasileira a farsa do golpe, da perseguição ao ex-presidente Lula, depois do *The Intercept* mostrar para a sociedade brasileira que o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário deste país, em conluio com a mídia, promoveram um golpe, rasgaram a Constituição, depois dele prestar esse serviço à nação brasileira.

É um trabalho reconhecido pelo jornalismo sério do mundo inteiro. E para a nossa surpresa, hoje o Glenn foi denunciado pelo Ministério Público Federal sem nenhuma investigação, sem nenhuma queixa contra ele, sem ter sido sequer ouvido, ele

foi indiciado e denunciado porque favoreceu e ajudou a hackear telefones de autoridades neste país. Quem assina essa peça é o procurador da República Wellington Divino de Oliveira. Ele é conhecido, é um militar e é conhecido, aliado do ex-juiz, juiz ladrão Sérgio Moro, que hoje é ministro da Justiça. É um juiz que entrou no baba apitando e defendendo um lado, esse juiz... O procurador que assinou essa peça é aliado desse juiz perseguidor de Lula, perseguidor do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. É esse mesmo procurador que assina essa ordem, essa denúncia.

Nós queremos aqui lamentar e repudiar com veemência esse Estado policialesco com ares de ditadura militar que impera em nosso país. Quando a gente vê a Constituição Federal ser rasgada, muito nos entristece. Mas (lê) “hoje, 21 de janeiro, é Dia de São Sebastião, mas também é Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, um tema que, mais do que nunca, precisamos insistir. Essa data foi instituída em 27 de dezembro de 2007 pelo então presidente Lula. Aqui na Bahia, reverenciamos um símbolo dessa luta, mãe Gilda dos Santos, fundadora do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum, em Itapuã.

Mãe Gilda morreu em 21 de janeiro de 2000, há 20 anos, depois de ler uma manchete de jornal que a chamava de ‘macumbeira charlatã’ e sofrer um infarto fulminante. Isso aconteceu 2 meses após a casa de santo ter sido invadida e depredada. Os responsáveis foram processados, condenados e a família indenizada.”

Então hoje é um dia de luta, é um dia de reflexão, é o dia de dizer “não” à intolerância religiosa. É o dia de dizer “sim” à diversidade, o nosso mandato não aceita qualquer tipo de intolerância religiosa contra o nosso povo.

Queria também, deputado Marcelinho Veiga, aproveitar V. Ex.^a nessa presidência para pedir o seu apoio, porque estão secando o Rio Tijuco, lá em Bonito, na Chapada Diamantina.

A Bahia precisa tomar conhecimento disso, já que esse rio abastece a Barragem do Rio Tijuco, que é responsável pelo abastecimento de milhares de pessoas. Municípios como Souto Soares, Mulungu do Morro, Canarana, Cafarnaum, entre outros, serão fortemente afetados pelo que está acontecendo naquele rio.

Um senhor, que ninguém teve coragem de me dizer o nome, mas o apelido dele é “Seca Barragem”, está simplesmente desviando esse rio para irrigação. Imaginem vocês, um rio que abastece milhares de pessoas, e a prioridade da lei é o abastecimento humano.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vários poços estão sendo perfurados na nascente, secando esse rio e comprometendo o abastecimento de milhares de pessoas.

O nosso mandato se junta àquele povo, porque eu estive naquela região, estive em Souto Soares, estive em Mulungu do Morro e vi o apelo de diversas autoridades: prefeitos, presidente da Câmara, lideranças comunitárias.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nossa voz se coloca para chamar a atenção e para pedir que as devidas providências sejam tomadas. Quero informar ao povo de Mulungu, de Souto Soares e

das demais cidades daquela região que o nosso mandato está entrando com uma representação junto ao Ministério Público – pedindo aqui o apoio da Dr.^a Luciana Khoury –, para que o MP possa tomar as medidas cabíveis e necessárias. E também que o Inema tenha uma atuação, uma fiscalização para inibir esse tipo de ação que, com certeza, vai prejudicar a vida de milhares de pessoas. Imagine essa água ser contaminada por agrotóxicos? É uma barragem que abastece milhares de pessoas.

Fica aqui o nosso apelo e a nossa indignação com tudo isto que está acontecendo naquela região, deputado Marcelinho Veiga.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, com o governo que nós temos, professor Zé Raimundo, o Brasil é motivo de chacota no mundo.

Agora, dentre todos os trapalhões do governo Bolsonaro, temos um nazista, deputado Tiago. Você vê que ele tem uma cara de doido, não é? Se você olhar direito, professor, observará que aquele secretário da Cultura do governo Bolsonaro tem uma cara de psicopata.

Até na ambientação ele copiou exatamente a posição do quadro, a posição da cruz, a bandeira, para parecer o ministro da propaganda nazista, o Goebbels. Não sou muito bom em alemão, mas o nome dele é mais ou menos assim. Pois bem, esse ministro participou do maior crime que a humanidade já presenciou, contribuindo para uma coisa... Tem 60 anos apenas, mas a gente ainda duvida, tendo em vista o tão estúpido que foi. Milhares, milhões de pessoas dizimadas em câmaras de gás, crianças, 6 milhões de humanos serem dizimados daquela forma.

Mas a gente não pode se surpreender porque o outro ocupante de um grande cargo, professor Zé Raimundo, do governo Bolsonaro, disse agora que a terra é plana. Você imagina: Galileu Galilei, que está lá enterrado numa catedral em Veneza, deve estar se revirando no túmulo. Galileu Galilei, que teve tanto trabalho, há 500 anos, para mostrar que a terra é redonda. E agora vem um integrante do governo Bolsonaro dizer que a terra é plana. O outro afirmou que as músicas de Caetano Veloso, um compositor, de Gal Costa, de Bethânia, de Chico Buarque causam alucinação.

Então, é duro a gente acreditar que isso esteja acontecendo no nosso país, não é? Então, é uma tristeza. E olhe que o presidente só demitiu esse louco secretário da Cultura porque a reação – até entre os militares que compõem o governo, da comunidade judaica e de todos em geral, a sociedade em geral –, a pressão foi muito grande, senão o Bolsonaro não teria visto nada demais no absurdo que – olhe! – o secretário da Cultura mostrou para todo o Brasil perante o mundo.

Então, infelizmente, é uma tristeza que o nosso país, com a diversidade que tem, com a riqueza cultural que tem – que o diga a Bahia –, um celeiro de talentos, uma diversidade enorme, uma cultura fenomenal, uma das maiores do mundo... O

presidente Bolsonaro bota, não tenho nem palavras para nominar, um psicopata, um psicopata para dirigir a cultura de um dos países mais importantes do mundo, que é o nosso Brasil.

Então, é triste. A gente só tem a lamentar o que está acontecendo no nosso país. Mas é a democracia, a gente tem que respeitar o resultado das urnas, foi eleito democraticamente. O que nos cabe é rezar para que o tempo passe rápido, para que esses 3 anos restantes passem rápido, para que o Brasil não seja, Srs. Deputados, o que está sendo hoje: motivo de gozação, de chacota perante as nações civilizadas do mundo.

É uma tristeza. É uma tristeza que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) esteja acontecendo o que o Brasil presencia todos os dias, uma crise atrás da outra, desnecessárias, geradas pela equipe do presidente Bolsonaro, com raríssimas exceções.

O ministro da Educação... Eu não tenho mais tempo aqui no Pequeno Expediente, então deixarei para, no Horário das Representações, falar alguma coisa sobre a outra sumidade, o ministro da Educação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para não dizer o contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, servidores desta Casa, imprensa que nos acompanha.

Sr. Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é um problema muito grave que vem acontecendo no interior do nosso estado. Problema esse que tem o nome conhecido por abigeato, que é, simplesmente, o furto de gado, que vem acontecendo sistematicamente, se ampliando no interior da Bahia, trazendo horror aos produtores rurais, quando, a cada dia que passa, os bandidos estão cada vez mais destemidos, inovando nos roubos. E a região de Vitória da Conquista vem apontando diversos roubos em todas as fazendas da região.

Em Itapetinga, recentemente, houve o roubo de 21 cabeças, Sr. Presidente, e graças ao trabalho do Departamento de Polícia do Interior, Depin, chefiado pelo competente delegado do município de Itapetinga, Dr. Roberto Júnior, conseguiram interceptar esses animais, já abatidos no frigorífico, conseguindo devolver os animais, mesmo que abatidos, ao proprietário. Mas é um fato que vem ocorrendo com cada vez mais frequência em nosso município, trazendo a violência ao campo, à região de Itapetinga, ao sul do estado. Aqui no Recôncavo, diversas ocorrências registradas de furto de animais, na própria região de Feira de Santana.

Enfim, Sr. Presidente, não há mais local tranquilo para o produtor rural em nosso estado. A valorização da carne bovina tem feito com que as quadrilhas se organizem ainda mais, que fiquem cada vez mais destemidas. Então, é preciso que o governo reaja de forma enérgica, de maneira conjunta com outros órgãos da administração, por exemplo a Adab, que é quem emite as guias de trânsito animal. E no caso, por exemplo, desse roubo em Itapetinga, essa GTA foi falsificada. Na verdade, ela foi emitida de maneira errada pelo ladrão daqueles animais. Mas temos a Polícia Rodoviária Estadual, que pode auxiliar, a Polícia Rodoviária Federal. Enfim, diversos mecanismos que podem de fato combater esse crime que prejudica tanto o produtor rural. Mas é preciso que o governo faça uma operação organizada, uma operação conjunta, trabalhando com diversos órgãos, porque a Polícia só não dá conta.

E nós, deputados, temos que estar atentos. E até mesmo, Sr. Presidente, reforçar, através de nossas emendas, a estrutura policial do nosso estado, para que as rondas rurais sejam ampliadas, sejam instaladas nos municípios onde elas não existem. Nós vemos casos de sucesso, por exemplo, em Minas Gerais, onde os produtores organizados, junto com a polícia, instalaram câmeras de monitoramento nas principais estradas, que conseguem rastrear os caminhões, conseguem rastrear os animais, a movimentação suspeita desses bandidos que aterrorizam o homem do campo.

É preciso que o governo tome uma medida enérgica. Não podemos aceitar mais esse prejuízo ao homem do campo, que já é tão prejudicado pela ausência de políticas públicas, pelas condições climáticas, enfim, por tantos contratempos que impõem a nós, produtores rurais, um retorno muito pequeno. E muitas vezes somos até mesmo criminalizados.

Então, Sr. Presidente, é essa cobrança que eu faço a esta Casa: que nós nos posicionemos. E que o governo do estado tome uma medida enérgica contra o abigeato, contra o roubo de gado no nosso estado, fazendo, como eu disse, uma operação conjunta.

Muito obrigado. É isso que eu trago, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Deputado Adolfo Menezes reassume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Boa tarde a todas e todos, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para celebrar essa data de hoje, que é uma data muito importante, uma data de reflexão. Hoje é o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, e eu tenho muito orgulho de ter sido a autora do projeto de lei que, em 2004, instituiu essa data na cidade do Salvador: o Dia Municipal de Combate à Intolerância Religiosa e que, depois, mais tarde, em 2007, foi transformado numa data nacional.

E é muito emocionante ver uma iniciativa como essa, que nasceu na Câmara de Vereadores de Salvador, deputado Bobô, se transformar nessa data que envolve todo o Brasil. A partir de uma iniciativa do deputado Daniel Almeida, que, com base no meu

projeto, apresentou também na Câmara dos Deputados, contando com a sensibilidade do nosso querido presidente Lula, que, naquela época, governava e dava orgulho ao Brasil e ao povo brasileiro.

Portanto, eu entendo que essa data, embora seja uma data em memória a Mãe Gilda de Ogum, do Abassá de Ogum, terreiro que foi duramente atacado ali em Itapuã, é uma data que, na verdade, convoca todas as religiões a refletir sobre a necessidade de vivermos em paz, de que não é possível nenhum ataque, nenhuma intolerância, a negação do outro em nome de nenhuma divindade. Nós temos um entendimento que, inclusive, o Cristianismo nos deixa uma mensagem muito forte, muita expressiva quando diz que devemos amar ao próximo como a nós mesmos. Portanto, essa é a referência principal. Se todo mundo conseguisse amar e respeitar o próximo como a si mesmo, certamente não teríamos os conflitos que nos aproximam da barbárie que nós vemos acontecer ainda hoje, em pleno século XXI.

Portanto, penso que hoje é o dia de pensarmos, de refletirmos sobre o valor da paz e entender que a paz não pode ser um substantivo abstrato. É a prática, o critério da verdade. A paz só é possível se todos nós ajudarmos a construir, se todos nós superarmos o racismo, as múltiplas formas de discriminação, se garantirmos, de fato, um compromisso, um grande pacto social, generoso, solidário, corajoso de fazer mais pela terra, pelo lugar onde nós vivemos. E não ficarmos pensando apenas em depois da morte: “O que será?”. “O que será?” tem a ver com o que nós vamos construir aqui e agora.

Então, é isso que me orienta, é isso que me anima a continuar lutando pela bandeira da paz, da justiça e da coletividade. Que bom que a gente aprenda a conviver conosco, com nós mesmos.

Fechando essa pauta, quero mandar um grande abraço ao povo de São Sebastião do Passé. Estive lá ontem e fiquei impressionada com a procissão do padroeiro da cidade, numa celebração que marca o calendário local. Mando esse abraço à população, em primeiro lugar, e ao prefeito Breno, que vem fazendo, apesar de todas as dificuldades, uma grande gestão à frente daquele município. Afirmo que o nosso mandato está comprometido e em conexão com o Recôncavo e com a Região Metropolitana.

Estive também em Santo Antônio de Jesus...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e quero agradecer e saudar a Setre pelo curso de formação profissional nas áreas de cultura e arte, que envolveu tantos jovens.

Finalizo mandando um abraço ao vereador Paulo Ricardo, de Muritiba, que veio ontem, finalmente, buscar a ambulância, que foi articulada, a partir do nosso mandato, com a Sesab. Ambulância tão necessária para o município...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Mando também um abraço ao prefeito daquela cidade, Danilo, com quem tenho uma relação respeitosa, embora sejamos de campos políticos diferentes.

Sobretudo, quero abraçar esse jovem vereador comprometido com Muritiba, Paulo Ricardo, que, tenho certeza...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr^a OLÍVIA SANTANA: (...) um dia será prefeito de lá, para dar ainda mais orgulho e trabalhar mais ainda pela população local.

É isso. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, lideranças dos servidores federais que aqui estão em solidariedade aos servidores estaduais, foi com enorme satisfação que nós fizemos, hoje, ações contra essa reforma terrível proposta pelo governador Rui Costa.

Foi com muita alegria que visitamos as assembleias dos servidores públicos que, em resistência, já começam a acontecer. E isso agora ocorre pela base, tendo em vista que paramos para acertar, já que a liminar do nosso mandato da resistência – claro, numa sinergia com os movimentos sociais – fez com que o processo da correria, do atropelamento tentado pelo governador Rui Costa tivesse um “pare”. A partir daí se abriu a possibilidade de outra correlação de forças, deputado Alden, com a entrada no jogo dos movimentos sociais.

E assim a assembleia das universidades estaduais aprovou o estado de greve e a defesa de uma greve geral do serviço público pela democratização do debate sobre a reforma da Previdência.

Da mesma forma, os policiais civis e os policiais penitenciários – ex-agentes penitenciários, já que agora houve essa modificação nacional –, reunidos em assembleia, lotaram o auditório do Sinpojud e fizeram uma discussão serena, pé no chão, mas extremamente combativa, sobre a necessidade de se barrar essa reforma, para garantir a democratização do debate.

Saí desse ciclo de assembleias – agora à tarde outras estão acontecendo – e recebi a notícia de que ainda não existe relator para essa PEC. A relatoria virou uma crise, porque os deputados da base do governo, obviamente, perceberam que esse processo, feito dessa forma, vai gerar um nível de desgaste. E agora nenhum partido nem nenhum parlamentar parece querer estar à frente e virar símbolo desse atropelamento feito pelo governador Rui Costa.

Então é uma boa oportunidade... Volto a dizer: vamos seguir o exemplo do Maranhão, gente! Aqui na Bahia já foi aprovado; o conteúdo que obrigaria o governo a obedecer à PEC nacional já está aí a pleno vapor desde o final do ano passado. O aumento da alíquota já foi feito. Desde 2016 já existe o fundo complementar de aposentadoria do Estado. Então essa realidade já acontece na Bahia e, portanto, não existe pressa. A pressa está dada pela conveniência do governo de tentar responder a uma leitura política. Eu não sei quais são os conselheiros que estão falando ao

governador Rui Costa que ele pode ter um ganho político fazendo as coisas dessa forma, portanto, com reflexo nas eleições de 2020.

Volto a garantir que desde o início era um erro; e insistir está sendo um erro ainda maior. Portanto, governador Rui Costa e sua base, retirem essa PEC. Vamos parar para discutir democraticamente, vamos ver os estudos atuariais. O governo precisa socializar, Jorge, o resultado dos estudos atuariais que foram feitos com recursos públicos e são mantidos hoje como segredo do imperador. Não pode!

Precisa revelar todos os dados para se fazer uma leitura aprofundada. E aqueles e aquelas que têm o maior interesse em ter uma Previdência saneada, com musculatura, uma Previdência sustentável no Estado da Bahia são os servidores e as servidoras. Estes saberão decidir com sapiência e responsabilidade sobre a sua própria Previdência, obviamente considerando a importância...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dela como elemento de dignificação do serviço público e, portanto, com possibilidade de afirmar um serviço público de qualidade para a nossa população.

Então é hora de dar um passo atrás, governador Rui Costa, e retirar essa proposta. Deputado Rosemberg, não conseguimos, infelizmente, realizar o nosso confronto de ideias hoje pela manhã, na *Rádio Metrópole*. Mas estou esperando a sinalização do Líder do governo para um próximo momento.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Espero que não seja depois da possível trágica aprovação dessa PEC. Vamos debater antes. Vamos fazer desse nosso debate, deputado Rosemberg, a abertura de um amplo debate público sobre a Previdência estadual dos servidores e servidoras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, público das Galerias, imprensa presente, o Brasil, hoje, comemora o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

A intolerância, seja em qualquer atividade, é algo que deve ser sempre combatido. Nós vivemos, inclusive, um período de alta intolerância na política, em que as ideias divergentes, as opiniões e os valores não são objeto de um debate democrático, são objetos da estigmatização, da perseguição, da rotulação das pessoas que pensam diferente das outras. E essa é, talvez, a riqueza da humanidade: é sermos diferentes e podermos respeitar uns aos outros nas nossas diferenças. E a religião é uma dimensão da fé das pessoas, da sua forma de ver o transcendental, de ver outras dimensões, e respeitar essa intimidade é uma forma, também, de respeitar um direito humano fundamental, que é o direito à crença que cada um tem.

Então, eu quero aqui enaltecer dizendo que a intolerância tem também um alvo: o alvo da intolerância, assim como em outras atividades, sempre são aqueles que professam religiões e visões de mundo que não fazem parte das correntes majoritárias predominantes, esses que são preferencialmente vítimas da intolerância. E, no Brasil,

nós assistimos à intolerância, especialmente, àqueles que professam as religiões de matriz africana e, por isso, dedico a esses, especialmente, a comemoração deste dia.

Mas, Sr. Presidente, eu não posso deixar aqui de retratar o que acontece em nosso país. Um governo que passou, mais uma vez, por uma humilhação nacional, internacional, de ter um equivalente a um ministro da Cultura se colocando na posição do principal assessor do Hitler moderno, o Goebbels. Agora, Bolsonaro teve por pouco tempo, diga-se de passagem, um iniciante na atividade política que quis ser esse novo chefe da propaganda bolsonarista e da cultura do período de grandes dificuldades que o Brasil vive, tenebroso da era Bolsonaro. Felizmente foi embora. E quero desejar lucidez e boa sorte à atriz que vai assumir o seu posto, que ela não se baseie no exemplo do seu antecessor, e faça da cultura um instrumento de promoção da cidadania no Brasil, da valorização da nossa terra, da nossa nacionalidade, das nossas tradições. É este o papel do Ministério da Cultura: promover e intensificar o que há de mais positivo no Brasil, que é o nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, eu não posso, também, deixar de falar que ontem, no *Roda Viva*, nós tivemos um ator querendo representar um papel de ministro da Justiça, trata-se do Sérgio Moro, aquele que foi flagrado, flagrado pelas revelações de diálogos entre *chats* dos procuradores da República de Curitiba, mandando no Ministério Público Federal, organizando toda a caça que foi feita às lideranças de esquerda no Brasil, especialmente ao presidente Lula, comandando um processo fraudulento de julgamento dele.

E Moro, ontem, parecia um defensor de Bolsonaro, acrítico, envolto em contradições e, por coincidência infeliz, um dia depois de ele dizer que as revelações do *Intercept* eram umas “boberagens”...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) O Ministério Público Federal resolveu denunciar quem revelou as informações contidas nesse diálogo. Então, no Brasil, pense num absurdo: nessa república da Lava Jato, a gente encontra. Quem denuncia, quem revela os crimes e as ilegalidades cometidas pelos procuradores do Ministério Público Federal e pelo ministro Sérgio Moro é denunciado pelo próprio Ministério Público Federal.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ao invés de a Corregedoria afastar Deltan Dallagnol, ao invés de tomar as providências desse escândalo e dar moralidade, eles resolveram acusar, denunciar quem revelou para o Brasil as “tramamocas” dos bastidores dessa maldita operação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

Deputado Alan, 1 minuto. Existe na mesa um requerimento (Lê): “*Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*”

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 23.724/2020, de autoria do Poder Executivo,

que autoriza o Poder Executivo a alienar bem imóvel de domínio do Estado da Bahia, e dá outras providências

Sala das Sessões, 21 janeiro de 2020.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício, a ao presidente que está aqui também, Nelson Leal. Na verdade, queria cumprimentar os colegas aqui, deputados e deputadas, demais presentes, cidadãos que nos acompanham por diversos meios de comunicação e transmissão.

Vejam bem, queridos amigos, hoje queria falar um pouquinho de coerência. Eu acho que a coerência que você leva na sua vida é a mesma coerência que você deve levar também na sua vida política. Nessa convocação extraordinária para este mês, que era de recesso parlamentar, era essa PEC, justamente, dentre um dos seis projetos, a mais importante, que é a Proposta de Emenda à Constituição aqui da Bahia, para supostamente se adequar à reforma da Previdência do governo federal.

Quando eu falo em coerência, é porque, desde a época em que o presidente ainda era o Michel Temer – lembro ainda que, naquela época, o relator dessa Previdência era o Arthur Maia, ele foi apedrejado –, diversos partidos que hoje formam a base aliada do governo aqui do PT fizeram discursos, declararam que eram contra a reforma da Previdência, que isso era uma das piores coisas que poderia acontecer contra a população do Brasil. Só que, naquele momento, principalmente os governadores do Nordeste, liderados pelo governador aqui da Bahia – que inclusive é o presidente do consórcio dos governadores do Nordeste –, fizeram todo o movimento contra a reforma da Previdência, pois era, inclusive, o objetivo deles fazer um palanque político para a campanha eleitoral agora de 2018.

Percebendo isso, o que foi que os deputados federais, junto com o governo federal, fizeram? “Vamos colocar, já que todos sabem, por responsabilidade, que era extremamente importante uma reforma da Previdência, vamos botar também que seus governadores, que o governador da Bahia, que defende tanto, bote o seu dedinho na seringa”.

E aí, o que é que aconteceu com todos aqueles deputados federais que agora os estaduais também ajudavam? O que vai acontecer aqui? Todos, todos, sem exceção, da Bancada do Governo, vão votar com a incoerência, porque o discurso do seu partido era um, e agora vão votar, dizer: “Sim, Sr. Governador, eu vou votar nessa reforma da Previdência, de que eu falei tão mal, que eu disse que não precisava, que eu disse que era maléfica para a população da Bahia, do Brasil”.

E agora, como é que vai ser, deputado Euclides? Como é essa coerência política, que eu não consigo ver? As pessoas, os políticos precisam do quê? Retidão, princípios, para que possam trazer o que trazem da sua vida pessoal para sua vida política. Agora, o que vai ficar aqui marcado nessa história dessa reforma da Previdência é justamente a incoerência dos deputados do governo, que falaram tanto, que votaram contra, que fizeram discursos contra, deputada Fabíola, todos aproveitando esse discurso como um palanque eleitoral. E quando chegam a esse momento, eu quero ver esses deputados aqui defendendo, deputada Fabíola, defendendo a reforma da Previdência.

Lembro da deputada líder do partido da deputada Fabíola, a Lídice da Mata, como todos os outros dessa base aliada. Tirando alguns, eu acho, do Partido do Progressista, pois parece que uns votaram a favor da reforma da Previdência. Mas a grande maioria dessa base aliada votou contra e com discursos inflamados, utilizando como palanque eleitoral...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para votar contra. E agora, onde é que fica?

Eu mantereí, junto com minha bancada, com os colegas do Democratas, manteremos a nossa coerência, que foi a de defender, com responsabilidade, a necessidade de uma reforma.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero dar boa tarde a todos, cumprimentar o presidente em exercício, cumprimentar os deputados, deputadas, imprensa, todos que nos acompanham.

Eu uso esta tribuna, no dia de hoje, para informar o meu voto acerca do projeto que trata sobre os professores do estado da Bahia, no qual o governo do estado acompanha o governo federal.

Então, ele não está fazendo nenhum favor para os professores aqui, no dia de hoje. Quero deixar bem claro, meu amigo deputado Jacó, o que esta Casa está votando aqui e vai votar no dia de hoje é um projeto federal e que o governo do estado acompanha. Porque, se dependesse do governo do estado para dar aumento a funcionário público, ele iria morrer de fome. Há quantos anos o governo do estado não dá aumento de salário aos funcionários públicos? Há quanto tempo ele não dá aumento de salário aos policiais militares, aos bombeiros?

Os policiais civis estão aí reclamando, pois muitos saem para trabalhar e não retornam, porque foram abatidos.

Mas o governador ficou doente, levaram-no às pressas para São Paulo, repito, às pressas para São Paulo. Assim, ele demonstra que a saúde da Bahia não está bem, porque se ele tivesse humildade, ele faria o seu tratamento na Bahia. Tá? Mas usou o poder, usou a força, usou o dinheiro, usou o conhecimento, usou a máquina pública para se cuidar na cidade de São Paulo.

Eu quero que este mesmo cuidado que ele teve com a saúde dele, que ele venha a ter a com a saúde do estado da Bahia, que ele venha a ter com os funcionários públicos, de zelar pelo funcionário público que ganha muito pouco sem receber aumento de salário.

Então eu vou votar a favor deste projeto, vou acompanhar o governo federal que dá aumento aos professores, onde o governo do estado, ele só faz acompanhar esse

projeto. Tá? Então as minhas digitais vão estar, sim, neste projeto, porque ele vai beneficiar e vai valorizar os professores da Bahia. Tá?

Fico muito triste nesta tribuna, muito triste no dia de hoje, porque o que a gente vê aqui são manobras e mais manobras só para privilegiar o governo do estado. O deputado Alan teve a sabedoria de falar da Previdência com muita clareza, repito, com muita clareza. Tá?

Eu não vi ninguém do governo subindo a esta tribuna para tesar que não vota nesse projeto da Previdência. Todo mundo caladinho! Todo mundo calado! Quanto ao projeto de Bolsonaro, eles fizeram festa aqui, fizeram “panavoê”. Mas, agora, eu estou vendo atentamente os discursos, aqui, nesta tribuna. Tá? Estou vendo atentamente. Falaram tanto e tanto mal da Previdência do governo federal! Quanto à reforma do governo do estado que está sendo apresentada nesta Casa, não vejo ninguém defender aqui. Não vejo. Mas fizeram escândalo, fizeram o que quiseram nas redes sociais falando da Previdência.

Então tenham humildade também e falem, aqui e agora, onde está acrescentando, onde está aumentando, onde está prejudicando os funcionários públicos da Bahia.

Eu acho que nós temos que ter um princípio de humildade para reconhecer. Eu reconheço quando erro. Eu reconheço e tenho humildade de reconhecer. Errei. Sei pedir perdão. Não tenho dificuldade nenhuma, porque não sou dono da verdade.

Mas está se tratando nesta Casa de um projeto que vai prejudicar os baianos e que, em outros tempos, os mesmos deputados falavam mal do governo federal. E, agora, caiu no colo deles, caiu no colo, agora, para votar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E não teve nem como a gente conversar, por exemplo, para dizer “ajeita um artigo aqui e melhora lá”. Não! Não! Mas chegou a esta Casa, repito, chegou a esta Casa.

Então eu queria ouvir e queria ver. Tá? O pau que dá em Chico dá em Francisco! Eu não estou vendo aqui nesta Casa, não estou vendo. Eu estou vendo, aqui, durante a votação, todo mundo quieto e calado a votar e sem defender o povo da Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas quero concluir as minhas palavras para ser regimental.

Posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá. Ó, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra ao deputado Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos. Desculpe, pelo tempo de 1 minuto, está acabando o Pequeno Expediente.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria apenas de fazer uma breve reflexão. Nós tivemos, recentemente, divulgados pela SSP os dados referentes a homicídios na Bahia. No ano anterior, nós tivemos, em 2019, 5.105

assassinatos, enquanto que, no ano anterior, em 2018, tivemos 5.634 assassinatos. Isso representa 529 vidas que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foram preservadas em todo o estado. E aí fica a pergunta: como, Sr. Presidente, nós poderemos reduzir o número de assassinatos na Bahia, se o número de investigadores, se o número de policiais civis que existe na Bahia – em torno de 7.500 – não são suficientes para fazer as investigações, os procedimentos e feitos criminais? E aí, mais uma vez, a gente reforça aqui a importância ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Previdência contemplar não somente os funcionários da Polícia Civil e Militar, investindo em efetivo, contratando esse efetivo para aí, sim, reduzir os números da violência do nosso estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Grande Expediente.

Não há orador.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, o Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai falar por 6 minutos a deputada Fabíola Mansur e por 6 minutos a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, quero aqui, acompanhando o deputado que falou anteriormente, o deputado Robinson, também citar o Dia do Combate à Intolerância Religiosa. Nós, que temos aqui, nesta Casa, feito inúmeras audiências não para promover a tolerância, porque o respeito à fé e o direito à fé já são constitucionais, mas para combater a intolerância que, muitas vezes, chega, inclusive, até esta Casa. O mundo que precisa cada vez mais de solidariedade, de fraternidade, encontra no livre culto à fé, também, esse desejo explícito de solidariedade, de fraternidade.

Quero aproveitar, também, dizendo ao deputado que nos antecedeu que não há incoerência alguma nos deputados da Base do Governo em – ao reconhecerem a necessidade de uma reforma federal que exige adequação estadual e municipal para obtenção do certificado de regularidade previdenciária, mas que também exige, por um

déficit da Previdência que atinge 4,3 bilhões – articularem junto ao Líder do Governo Rosemberg, articularem junto ao governador, deputado Euclides, regras mais flexíveis que possam efetivamente amenizar aquilo que se considera necessário em função da reforma federal. E assim temos feito, Sr. Presidente, dialogando com diversas categorias, dialogando com movimentos sindicais, recepcionando um rol de proposições, levando junto com o Líder Rosemberg, à Serim, ao governador e, efetivamente, com algumas conquistas traduzidas na PEC 159.

A redução da idade mínima para mulheres de 62 para 61, deputado Zé Raimundo, e de 65 para 64 para homens, também a questão da pensão por morte. Estamos também trabalhando o abono permanência, a regra de transição que antes era um pedágio de 100%, hoje é um pedágio de 60% do tempo que falta, sendo 50% para professores e para policiais civis, esteve aqui o Sindpoc.

Estamos tentando outras emendas como a manutenção do abono permanência de 100%. Bem diferente da situação que tivemos no governo federal, quando se queria reduzir pela metade, por exemplo, o BPC de pessoas idosas e de pessoas com deficiência. Não vamos comparar uma coisa com outra coisa. Vamos, sim, dizer que temos o compromisso com o funcionalismo público, mas também temos o compromisso com a responsabilidade e temos aqui o papel de articular com os movimentos sindicais, articular a flexibilização da regra, lutar para que esse desejo dos movimentos, de todas as categorias, dos servidores a quem aqui defendemos, possam servir de argumento para convencimento do nosso governo. Então, não há nenhuma incoerência, pelo contrário, há a atitude, há a coragem de flexibilizar, deputado Euclides, essa PEC que já é melhor do que qualquer outra PEC, inclusive a do governo federal.

Quero também aproveitar, como presidente da Comissão de Cultura, desejar que a nova escolhida da Secretária de Cultura, antes chamada de namoradina do Brasil, possa ser a namoradina da cultura, porque a cultura sob o governo Bolsonaro tem sido vítima de revanche, tem sido vítima de ataques, tem sido vítima inclusive da defesa de pessoas que fazem apologia ao nazismo, de pessoas que assumiram a Fundação Palmares e são racistas, de pessoas que nada entendem de política, de fomento à cultura.

O que desejamos é que faça um bom trabalho, o que desejamos é não à censura, não à perseguição porque a arte é livre e livre tem que ser a sua manifestação nas diversas linguagens. A namoradina do Brasil, não importa a sua orientação ideológica, tem que fazer da cultura aquilo que o Brasil... um dos países mais diversos, amado internacionalmente por aquilo que representa a diversidade do seu povo, tem que dizer sim às artes, sim ao fomento ao cinema, à literatura, à música, ao teatro, à dança, porque senão não terá apoio daqueles que fazem a cultura do nosso país.

Então, que seja um bom trabalho, que seja uma pessoa amiga da cultura, que entenda que a cultura gera um PIB neste país que precisa ser melhor explorado. A cultura, muitas vezes, é mola mestra em muitos países desenvolvidos. Queremos a namoradina da cultura, não queremos um governo padrasto da cultura como tem sido o governo federal, até então. Se for uma cultura livre, de fomento, de políticas culturais,

terá o nosso apoio, sim, é isso que desejamos; se não for, terá, sim, o combate àquilo que a gente chama de a maior perseguição às políticas culturais jamais vista em um governo.

Viva a cultura, viva a cultura livre e que a gente esteja aqui para defender políticas culturais que gerem riqueza e que, verdadeiramente, demonstrem e respeitem a diversidade do nosso povo brasileiro.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Concedo a palavra, pelo tempo de 6 minutos, à deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu volto a esta tribuna para fazer uma referência que eu considero muito importante, uma saudação à diretora de cinema, deputada Fabíola, Petra Costa, que fez o documentário primoroso *Democracia em Vertigem*, que, na verdade, é uma denúncia do que aconteceu no Brasil, o ataque ao sistema democrático do nosso país, o golpe que depôs a presidente Dilma Rousseff. E virou uma obra de arte a sua denúncia, o engajamento, a coragem daquela mulher de denunciar o que vem acontecendo em nosso país, o que aconteceu e que abriu caminho, na verdade, para que tivéssemos esse governo horrendo, esse governo do absurdo, esse governo do fim do mundo.

Porque o Roberto Alvim, que virou o Satanás de uma hora para outra, ele é o cara que atacou Fernanda Montenegro, é a figura que sempre desdenhou da cultura nacional e sempre foi aplaudido por suas atitudes estranhas. E se sentiu à vontade para flertar com o nazismo daquela forma, com direito até a musiquinha de fundo, copiar um discurso nazista e apresentar a um país multirracial, como é o Brasil, em pleno século XXI, o lixo, o lixo do século XX, que foi o nazismo, que foi um regime abominável que perseguiu e matou tantos judeus, negros, comunistas, todo mundo que pensasse diferente tinha a morte como sentença.

E este governo de Bolsonaro é um governo que vive flertando com o nazismo, e o que ele fez não foi algo estranho a este governo. O problema é que ele não percebeu que não poderia mexer com a comunidade judaica, que mexer com negro, no Brasil, mexer com mulheres, mexer com indígenas, que os índios estão sendo assassinados com a conivência deste governo. Os conflitos de terra no Brasil pioraram, aprofundaram, nunca se matou tanto índio, depois do sistema de escravidão, de colonialismo, como se está matando hoje. É banalizado o assassinato de povos indígenas.

Esse governo sempre permitiu e fomentou tudo isso, então Roberto Alvim se sentiu à vontade! Num governo que faz tantas loas à tortura, a tudo o que não presta, que se assemelha, sim, ao nazismo, a gente pode se sentir tão à vontade, que até ele perdeu a vigilância e fez esse ato que chocou não só o Brasil, mas que repercutiu muito mal mundialmente. E a comunidade judaica reagiu, e com a reação ele teve que ser afastado. Foi isso o que aconteceu.

Eu gostaria que toda vez que um membro desse governo atacasse negros, atacasse mulheres, atacasse indígenas, que o mesmo pudesse acontecer, mas

infelizmente não acontece. A cultura, assim como todas as áreas da vida nacional, está sendo vilipendiada...

O Sr. Capitão Alden: Questão de ordem, Sr. Presidente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) destruída, desmontada.

E eu não acredito, embora a deputada Fabíola seja essa pessoa generosa, que tem expectativas de que Regina Duarte se transformará na “namoradinha da cultura”, eu não tenho essa expectativa, deputada Fabíola, porque uma figura que já antes mesmo de assumir...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Só um aparte rápido, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Como?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputada Olívia, só um apartezinho rápido.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Claro. Claro, deputado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Inclusive ela já deu aí... ela já tem um posicionamento de que lugar de negro é na cozinha.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Exatamente. Não só isso...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Por aí a gente vê. Saiu hoje no *Bahia Notícias*, o pessoal estava mandando para todo o canto.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: É porque para ganhar prestígio nesse governo, deputado, é preciso atacar o bem, é o governo que traz a marca da intolerância. Então, para a pessoa se notabilizar, ela tem que fazer esses ataques absurdos. É assim que o Bolsonaro governa o Brasil.

Então eu não tenho nenhuma expectativa em relação a Regina Duarte, é uma figura que já se posicionou de maneira *trash* em relação aos sem-terra, aos conflitos de terra num país da dimensão do Brasil, que nunca fez uma reforma agrária porque os latifundiários sempre...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) impediram que isso acontecesse. Ela, que é uma latifundiária – está certo? – , tem uma atitude de desprezo pelo Movimento Sem Terra, pelos trabalhadores sem-terra, pelos negros, pelos pobres. Essa é a face desse governo indefensável.

Então eu quero, aqui, terminar a minha fala dizendo que a cultura continuará resistindo, reagindo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) se erguendo e, certamente, será maior do que este governo pequeno, mesquinho, que não merece o Brasil. O Brasil é muito maior do que Bolsonaro e essas figuras estranhas que compõem o seu governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Capitão Alden.

O Sr. Capitão Alden: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu apenas, com relação ao pronunciamento que foi feito agora, eu gostaria apenas de dizer o seguinte...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem, presidente! Questão de ordem.

O Sr. Capitão Alden: Nós, no governo de Bolsonaro, tivemos a Bolsa de Valores batendo 118 mil pontos, redução do DPVAT em até 86%...

A Sr.^a Dr.^a Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente! Qual é a questão de ordem do Capitão Alden?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: É isso o que eu quero saber... eu quero saber isso.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado! Deputado!
(Intervenção fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Espera aí! Espera aí! Calma aí! Deputados! Deputados!

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem é questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, por favor, prestem atenção....

A Sr.^a Dr.^a Fabíola Mansur: Deputado, não fui citada na questão de ordem. Qual o artigo da questão de ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) Nós estamos aqui, deputada, tentando fazer um acordo e não adianta cercear o direito, porque senão ele vai para a tribuna e vai falar do mesmo jeito. Então, adiantará a sessão...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Adiantará a sessão...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Só que pelo regimento o deputado tem todo direito de ir à tribuna, mas a questão de ordem ele tem que citar qual é.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Ele usa o tempo, presidente. Ele usa o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ótimo. Então, não iremos mais fazer o acordo. Então, por favor, com a palavra o Líder da Minoria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos pelo PSDB/PSC.

O Sr. Luciano Simões Filho: Falará pelo tempo de 5 minutos deputado Capitão Alden e pelo tempo restante deputado Tiago Correia. Deputado Pastor Tom.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Pronto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para não...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente. Ele fica com o tempo, não tem problema. Em nome da Liderança do Governo, todas as Representações Partidárias não terão a partir de agora, fala. Ok?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Capitão Alden.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Eu gosto assim. Eu gosto de ter chefe.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Pronto. Senhores, apenas fazer aqui um contraponto ao pronunciamento que foi feito aqui pela colega a deputada Olívia Santana. É apenas interessante citar que fala-se tanto em ditadura, fala-se tanto em regime ditatorial, mas nós temos desde que o governo Bolsonaro assumiu Bolsa de valores batendo 118 mil pontos; redução do DPVAT, em até 86%; carteira de estudante grátis, porque as carteiras estudantis que financiavam grande parte dos agremiados ligados principalmente a esquerda; 13º da Bolsa Família; 22% de homicídios a menos no Brasil; um milhão e meio de novos empregos; pena máxima para bandido, vagabundo e corrupto de 30 anos para 40 anos.

Um ano sem corrupção ligado ao governo do presidente Bolsonaro, queda de juros de 14,5% para 4,5 %. Que ditadura nós vivemos, hein? Realmente, é de se espantar, muitos e muitos temos é que comemorar. Obrigado, Olívia Santana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhores em função do acordo de lideranças todos os tempos vão ser dispensados.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há sobre a Mesa um requerimento formulado pelo deputado Rosemberg Pinto, que requer na forma do art.174, inciso II do Regimento Interno urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 23.724/2020, de autoria do Poder Executivo. Defiro o Requerimento.

Em votação. Os Srs. Deputados, que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Há sobre a Mesa também um requerimento dos Líderes da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vem de forma regimental requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.724/2020 de autoria do Poder Executivo.”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator, o deputado Zé Raimundo.

Senhores, deputado Zé Raimundo, deixa só registrar aqui o número do projeto porque parece-me, segundo o nobre colega aqui, que eu cometi um lapso, 23.726.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Srs. Colegas Deputados, Sr^{as} Deputadas.

PARECER

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.726/2020, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 10.963, 16 de abril de 2008, e dá outras providências”.

A proposição que ora passo a analisar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a alterar a Lei nº 10.963/2008, objetivando “a readequação de valores do piso nacional do magistério público da educação básica de que trata a Lei Federal nº

11.378, de 16 de junho de 2008”, fixando o referido piso, para o ano de 2020, no montante de R\$ 2.886,15, “em razão da Portaria Interministerial MEC/ME nº 3/2019”, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, na qual ressalta ainda que “além de alterar os valores dos vencimentos dos graus III e III-A do padrão P das carreiras de professor e coordenador pedagógico com regime de 20h e 40h semanais, com vistas a preservar o equilíbrio na evolução das mencionadas carreiras, a proposta altera, também, os valores dos vencimentos do grau IV, padrão P, e dos graus III e III-A do padrão E, tanto do regime de 20h como do regime de 40h semanais”...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) “O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Hilton Coelho, propondo a concessão de aumento linear da ordem de 12,84% para toda a categoria de professor e coordenador pedagógico do magistério público da educação básica. Opino pela rejeição, considerando que a Constituição do Estado, em seu art. 78, inciso I, impede a aprovação de emenda de autoria parlamentar que contenha aumento da despesa em projetos de iniciativa privativa do Governador, no rol dos quais se insere a presente proposição, em conformidade aos incisos II e VII, do art. 77, da Carta Estadual (aumento de remuneração dos servidores públicos e aumento de despesas, respectivamente).

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como ante a inexistência de qualquer reserva quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 21 de janeiro de 2020.”

É esse, Sr. Presidente, portanto, o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Agora, no Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23.726/2020

Altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo III-A da Lei nº [10.963](#), de 16 de abril de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, para discutir.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a se inscreveu, deputado?

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só para esclarecer, V. Ex.^a votou o requerimento de urgência do Colégio Odorico. Eu quero registrar aqui que toda a Oposição votou contra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou fazer o registro agora, deputado. Peço desculpas, inclusive. Eu estava, aqui, lendo outro requerimento e não prestei atenção quando V. Ex.^{as} se posicionaram de forma contrária.

Sr. Alan Sanches: Perfeitamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas eu vou registrar o voto de todos que não concordaram com o requerimento.

O Sr. Alan Sanches: Se V. Ex.^a puder nominar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mais uma vez peço desculpa a cada um dos senhores e senhoras aqui presentes.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, registre o voto contrário do PSOL também.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vou registrar.

No piso, registro o voto contrário...

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero, então, encaminhar o voto da Bancada do PSOL.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Já se votou, mas eu vou abrir uma exceção para V. Ex.^a. Pode encaminhar daí mesmo. Nem é encaminhar, V. Ex.^a vai orientar o voto do Psol. Em função da nossa boa convivência, vou acatar o pedido de V. Ex.^a.

O Sr. Hilton Coelho: O.K., Sr. Presidente.

O nosso voto é um voto de abstenção em relação a esse projeto. Me refiro ao projeto que redefine a remuneração do piso para uma parte da categoria dos educadores e educadoras do estado da Bahia. E foi em função da divergência sobre o conteúdo que

apresentamos a emenda para que toda a categoria dos educadores e educadoras do estado fosse contemplada pelo reajuste do piso.

Acontece que a Lei do Piso visa, principalmente, garantir que educadores e educadoras tenham uma remuneração mínima. A mesma Lei do Piso definiu que todos os estados e municípios, para fazerem jus aos recursos, precisariam definir também planos de carreira, o que a Bahia já fez. A Bahia tem o plano de carreira, portanto, a remuneração referente ao reajuste do piso está relacionada à totalidade da carreira, e não a uma parte dela.

O governador compreende que o reajuste do piso só deve responder à parte da categoria que ficaria abaixo do piso caso não tivesse o reajuste.

No nosso entendimento, nós não podemos esquecer o conjunto da categoria no momento do reajuste do piso por um motivo óbvio: hoje existe um achatamento da remuneração de educadores e educadoras no Estado da Bahia, de forma que existe uma aproximação entre aqueles que estão iniciando a carreira e os que estão na última fase da carreira. Não porque os primeiros estejam tendo mais elevada a sua remuneração, mas justamente pelo achatamento de quem tem uma trajetória na carreira da educação em nosso estado.

Por isso fizemos essa proposta de emenda que, infelizmente, não foi aprovada aqui, na Casa, e vamos optar pela abstenção na votação.

Nós, obviamente, somos a favor do reajuste para os trabalhadores da educação que estão na base da carreira, por isso estamos nos abstendo, e não votando contrariamente. Mas queremos registrar a nossa indignação pela defasagem salarial, pelo desrespeito do governo em relação à grande maioria daqueles que compõem a carreira da educação no estado da Bahia, que já passam por mais de 5 anos de salários aviltados e no momento do reajuste do piso são simplesmente escanteados por esse projeto do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora, eu quero registrar aqui os nomes dos deputados que votaram contrariamente ao requerimento de urgência: Alan Sanches, Pedro Tavares, Marcell Moraes; Tom; Targino; Tiago Correia; Luciano Simões; Paulo Câmara; Sandro Régis; Laerte do Vando; Capitão Alden; Kátia Oliveira; Pastor Tom; Hilton Coelho; Jurailton Santos; José de Arimateia; Talita Oliveira.

Enfim, todos os deputados da Oposição aqui presentes se posicionaram contrariamente ao requerimento de urgência que foi encaminhado pelo Líder Rosemberg Pinto.

Como não há mais nenhum projeto na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.